

SANDRAMARACORAZZA

obra, vidas etc.

JULIO GROPPA AQUINO • CLAUDIA REGINA RODRIGUES DE CARVALHO • PAOLA ZORDAN (orgs.)

CONSELHO EDITORIAL

Dinamara Garcia Feldens
(Universidade Federal de Sergipe)

Eduardo Guedes Pacheco
(Universidade Estadual do Rio Grande do Sul)

Glaucia Maria Figueiredo Silva
(Universidad de la República/UY)

Gonzalo Sebastián Aguirre
(Universidad de Buenos Aires/AR)

Jadson Fernando Garcia Gonçalves
(Universidade Federal do Pará)

Marcelo de Andrade Pereira
(Universidade Federal de Santa Maria)

Mariana Musseta
(Universidad Nacional de Villa María/AR)

Nadja Maria Acioly-Régnier
(Université Lumière Lyon 2/FR)

Roseli Gomes de Sá
(Universidade Federal da Bahia)

REALIZAÇÃO:

APOIO:

Copyright © 2022 Dos Autores.

Capa e projeto gráfico: Fabiano Neu.
Imagem de capa: *Salamandra*, baseada em *Fire Salamander,* de Night-Owl8.
Diagramação: TAI Design.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S219

Sandramaracorazza: obra, vidas etc. / Julio Groppa Aquino, Claudia Regina Rodrigues de Carvalho, Paola Zordan (Organizadores). - 1. ed. - Porto Alegre: UFRGS/Rede Escrileituras, 2022.

1092 p.
ISBN 978-65-5973-091-9

1. Biografia 2. Bibliografia 3. Sandra Mara Corazza I. Aquino, Julio Groppa II. Carvalho, Claudia Regina Rodrigues de III. Zordan, Paola IV. Título.

CDU: 929

Bibliotecária: Ana Gabriela Clipes Ferreira CRB-10/1808

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

SANDRAMARACORAZZA

obra, vidas etc.

JULIO GROPPA AQUINO
CLAUDIA REGINA RODRIGUES DE CARVALHO
PAOLA ZORDAN
(orgs.)

PORTO ALEGRE
2022

INFÂNCIA & EDUCAÇÃO:[32]
recomeçar sempre, mais uma vez

Angélica Vier Munhoz[33]

Lembro um menino repetindo
as tardes naquele quintal
MANOEL DE BARROS

DAS LEITURAS, RELEITURAS, REESCRITAS

"Nos dias de chuva, com um pedaço de jornal velho, fazia-se um barquinho de papel para navegar na sarjeta e ficar olhando a água levar. Há muito tempo, navegação, água, loucura e infância formaram, nos sonhos ocidentais, uma espécie de aliança". Assim se inicia o livro *Infância & Educação: era uma vez... quer que eu conte outra vez?*, escrito em 2002 por Sandra Mara Corazza.

Em 204 páginas e cinco capítulos, os quais a autora designa como "cinco ensaios que fornecem diversas maneiras de dizer e ver os infantis", a obra reúne textos da mídia, compondo uma fotografia da infância na atualidade; examina estudos de historiadores e analistas culturais; cartografa a História da infância; realiza uma análise arqueológico-enunciativa, com base em Michel Foucault; ocupa-se de olhar para o rito do batismo, em suas diversas formas, identificando-o como matriz da in-

[32] *Infância & educação*: era uma vez... quer que conte outra vez? Petrópolis: Vozes, 2002.

[33] Doutora em Educação. Docente da Universidade do Vale do Taquari – Univates. Líder do Grupo de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq/Univates).

fantilidade; insere a infância nas discussões contemporâneas; defende a tese de que a infância só existiu enquanto identidade natimorta; problematiza a vontade de infantil dos adultos; indaga sobre novos modos de relações com os infantis.

No primeiro ensaio, uma pequena história é narrada. Trata-se de um soldadinho de chumbo, amaldiçoado por um feiticeiro preto da caixa de charutos, que o colocou a navegar no mar e o condenou à morte pelo fogo — ele, que só tinha uma perna, pois já não havia chumbo suficiente para confecção da outra. Tal história é contada pela autora para, de imediato, nos lembrar que, no século XV, na Europa, o destino do louco ou dos diferentes era o abandono em uma barca sem destino, que Foucault chamara de Nau dos loucos. Daí a primeira relação feita pela autora entre infância e loucura: "Pode ser pensado que loucura e infância compartilham desse mesmo ritual de embarque em busca da Razão que se perde na noite dos tempos" (p. 13). A fim de perspectivar o que está em jogo, a autora mostra-nos que, desde Sargão de Agade, fundador da Babilônia, em cerca de 2800 a.C., há mitos que narram a aliança entre navegação, água e infância. Segundo ela, todas as histórias têm pontos em comum: filhos de mães/pais nobres; relações secretas; anúncios de oráculos; crianças condenadas à morte ou abandonadas em cestos, salvas por animais ou pastores e amamentadas por animais fêmeas; adultos que reencontram seus pais, deles se vingam, são reconhecidos e alcançam grandeza.

Uma citação de Foucault também é destacada pela autora para reiterar a relação entre infância e loucura: "Esses temas são estranhamente próximos do tema da criança proibida e maldita, encerrada numa barquinha e entregue às ondas que a levam para um outro mundo — mas para

esta há, depois, o retorno à verdade" (FOUCAULT apud CORAZZA, 2002, p. 13). Junto à citação, Corazza faz uma nova indagação: "Por que Foucault afirma que, para a criança — ao contrário do louco —, existe, depois, o retorno à verdade?" (p. 13). O "retorno à verdade" da criança maldita e renegada, segue a autora, implicaria: a) uma vida de pobreza, cheia de afetos e ensinamentos; b) a realização de ações violentas e vinganças na idade juvenil ou adulta; c) o reconhecimento como herói ou soberano que traz venturas e felicidades para seus súditos e reino.

Para dar seguimento a esse ensaio, Corazza lança os seguintes questionamentos: "Essa fábula arcaica da criança abandonada ainda é sustentada por nossas relações e práticas contemporâneas com a infância? [...] Mas, qual é, se existe, e como é dita a verdade dos infantis e da infância de nossos dias?" (p. 15). A partir deles, diversos recortes de mídia são trazidos para dar visibilidade aos infantis e à infância contemporânea. São histórias de Vitória, Melissa, Lúcio, Carina, Davi, Alexandre e tantos outros, que são vítimas de abandono, moradores de bueiros e marquises, vítimas de maus-tratos, crianças traficadas, abusadas, esfomeadas, exploradas no trabalho infantil ou reféns de campanhas publicitárias sob um *target* específico de consumo, clientes de escolas-empresas com vistas à realização do ser humano. O ensaio termina com a autora afirmando que operou nesse texto com um método de releitura e reescrita, o qual se configurou como uma "fotografia da infância e dos infantis, que são nossos contemporâneos, pelo que deles dizemos, fizemos, pensamos, sentimos" (p. 52).

O segundo ensaio, escrito ao modo de "uma historinha para crianças", como define a autora, é composto de textos curtos, com um tom humorístico corazziano, em meio ao qual

a autora vai narrando os regimes de verdade que foram sendo produzidos sobre as "gentes pequenas". Uma história da infância é enunciada desde quando esta ainda não existia: "no começo, ninguém prestava atenção às gentes pequenas: suas criaturas eram mais ou menos como fantasmas, das quais não se falava, que quase não se enxergava e que, por isso mesmo, também não incomodavam ninguém [...]. Muitas destas gentes morriam sem que ninguém chorasse" (p. 58). E segue assim a autora: "até que um dia, faz mais ou menos uns duzentos anos, as grandes deram de inventar um sujeito, que chamaram de 'indivíduo', para viver num período chamado 'Modernidade', que também está sendo inventado" (p. 58).

A dimensão prescritiva e moral dos adultos para as gentes pequenas é, então, escrutinada por Corazza de modo quase sarcástico: deram-lhes um corpo que deveria ser dócil e útil; obrigaram-nas a serem polidas e educadas; proibiram-nas de fazer um montão de coisas, como entrar no quarto de seus pais; inventaram o castigo e a palmada, caso não obedecessem; criaram várias comidas, como mingau, farinhas de arroz e de milho, aveia e leite em pó, para que as gentes pequenas engordassem; produziram manuais práticos para que se aprendesse a compreender e a tratar bem essas gentes pequenas. E essas gentes pequenas, que até então ninguém via, passaram a ocupar a centralidade de um século que ficou conhecido como "His Majesty, the Baby".

A história ainda continua, pois, segundo a autora, no século seguinte, foram inventados exames e diagnósticos para mostrar o sexo com que essa gente pequena iria nascer e até mesmo produziram esses pequenos em provetas. Uma série de cuidados, as gentes pequenas, a partir daí, começaram a receber: fraldas descartáveis, carrinhos com guarda-chuva, ca-

deirinha de comer, quartos de dormir, chupetas, livros e brinquedos, filtro solar e outras tantas parafernálias. Também uma linguagem esquisita foi inventada para os adultos se dirigirem a essas gentes pequenas; caso elas não quisessem falar, também muitas músicas infantis, de roda e de ninar foram sendo usadas. Sem falar das festas de aniversário com balões-surpresa, velas, apitos, cachorro-quente, brigadeiro e por aí vai, o que também tornou muitas crianças obesas.

Logicamente que toda essa demanda criou um comércio para as crianças, tornando a infância um nicho de mercado muito lucrativo: as crianças ganham voz e começam a ser interrogadas sobre o que gostam ou deixam de gostar e não são mais deixadas em paz. Afinal, recebiam tanto amor, mas tanto amor, que tal amor se tornara grudento, pegajoso e asfixiante. A partir daí, narra a autora, foi decidido que as gentes pequenas, além de amadas, também precisavam ser instruídas e educadas: muitas profissões surgiram para cuidar da infância, mas, acima de tudo, apareceram as professoras e, depois, também professores. Ela prossegue: os governos também se sentiram responsáveis pelas crianças, assinando uma declaração universal de direitos das crianças, além de outros estatutos, conselhos, constituições, etc. Para que tivessem controle das gentes pequenas, também foram criados cartórios que registravam os seus nascimentos, controles de natalidade e mortalidade, vacinas, campanhas de amamentação. Tudo isso ajudou a criar um discurso de normalidade sobre a infância, do qual a escola rapidamente se apoderou. Então, a escola criou tecnologias para classificar, ordenar, controlar as gentes pequenas, tais como, os livros de ocorrência, os exames, os pareceres descritivos, o laboratório de Psicologia. Essa história, bastante longa, termina aqui, conta

Corazza, pois estava criada a identidade da infância, com seus saberes e efeitos de verdade, ou seja, "o Indivíduo inventou verdade em que todos acreditavam, até mesmo as gentes novas que passaram a falar de si, a agir e a se pensar do mesmo modo, porque acabaram acreditando e fazendo tudo aquilo que o desgraçado tinha inventado" (p. 75).

No terceiro e extenso ensaio, a autora examina e cartografa autores e textos históricos da infância, no sentido de "operar outros modos de interrogá-los" (p. 79). Tais modos não perguntam se a infância existiu ou não da Antiguidade até a Idade Média, se começou no século XIV ou XVIII, mas indagam "o que toda essa abundância discursiva da história da infância produz em termos de mecanismos de poder, vontade de saber e formas de subjetivação, que inflexionam, fortalecem e azeitam a maquinaria da infantilidade" (p. 80).

Corazza, então, introduz a noção de dispositivo de infantilidade para mostrar que a infância se tornou necessária, não pelo que em determinada época se dizia ou se pensava sobre ela, mas pelos mecanismos de saber e poder que podiam fazer pensar e dizer sobre a infância. Para a autora, o silêncio e a ausência de escritos de testemunhos adultos sobre as crianças devem-se ao fato de que, no período da Antiguidade à Idade Média, "não existia este objeto discursivo a que chamamos hoje 'infância', nem essa figura social e cultural chamada 'criança', já que o dispositivo de infantilidade não operava para, especificamente, criar 'o infantil' [...]" (p. 81, grifos da autora). Ou seja, não era atribuída a mesma "significação social e subjetiva" (p. 81) a esses seres humanos pequenos, nem realizadas práticas discursivas e não discursivas como as que foram feitas do século XVII até meados do século XX.

A partir de então, a autora percorre a história da infância em meio a autores e obras que foram constituindo este campo discursivo.[34] O pensador Philippe Ariès, com sua obra *L'Enfant et la vie familiale sous Ancien Régime*, publicada em Paris em 1960, é o primeiro a ganhar destaque, já que se tornou, segundo Corazza (p. 82), "um ponto permanente de referência para a historiografia cotidiana". Contudo, a autora também lembra que o trabalho da Ariès foi relativizado, tornando-se alvo de críticas por historiadores (Baquero e Narodowski, 1994; DeMause, 1995; Alvarez-Uría & Varela, 1991, entre outros), que apontavam carências metodológicas em termos de hipóteses, já que sua pesquisa era realizada apenas por meio de fontes iconográficas figurativas. Por outra via, Corazza enfatiza a importância dessa obra, que abriu um novo caminho para a história da infância, situando o "Objeto Infância" como uma nova produção discursiva. Com a mesma importância, a autora aponta, *en passant*, a influência dos estudos de Foucault para esta nova historiografia, a qual, por meio de seus métodos e temas, faz entrar em cena a família, a condição feminina e juvenil, os vínculos parentais, a conduta sexual, as instituições escolares, entre outros elementos ligados à história da infância. No entanto, essa análise não é aprofundada no ensaio.

Corazza, então, retorna ao livro de Ariès e salienta a sua tese principal no que se refere ao conceito de infância, qual seja, "uma tese de sua natureza moderna derivada da não existência da infância durante os séculos pré-modernos, em que a criança era indistinta dos adultos, quer fosse nos tra-

---

[34] Os autores e obras mencionados na primeira parte deste texto referem-se às citações de Sandra Mara Corazza no livro *Infância & Educação: era uma vez... quer que eu conte outra vez?* (2002), podendo, portanto, ser encontrados na obra referida.

jes, brinquedos, jogos, trabalho, linguagem, sexualidade" (p. 84). Ao mencionar alguns aspectos da obra de Ariès, a autora frisa que, desde os estudos do autor, há um grande debate sobre a existência ou não de um conceito de infância anterior aos séculos XVIII ou XIV, assim como de relações e tratamentos entre adultos/pais/famílias e as crianças. O ensaio aborda outros estudos, como os de Pollock (1983), que revisa as teorias da história da infância produzidas até meados dos anos 80, com destaque para o trabalho de Ariès. A autora realça a resenha *Enfance et société*, de Flandrin, publicada na *Revista Annales* (1964), que critica a preocupação obsessiva de Ariès com a questão da origem, ou seja, a representação da criança como um adulto em miniatura relacionava-se não à sua existência, mas à natureza do sentimento de infância, considerando que a criança se diferenciava do adulto pelo seu tamanho e força. Corazza ainda menciona a resposta de Ariès a Flandrin, no livro *L'Enfant et la vie familiale sous Ancien Régime* (Ariès, 1973): "se tivesse que escrever este livro hoje, eu me precaveria melhor contra a tentação da origem absoluta, do ponto zero, mas as grandes linhas continuariam as mesmas" (ARIÈS apud CORAZZA, 2002, p. 90). Outros estudos são abordados no terceiro ensaio, tais como: Flandrin, no livro *Familles, parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société* (1976), centrando-se no tema das atitudes da família, sua origem e desenvolvimento histórico; Demos, na obra *Family Life in a Plymouth Colony* (1970), que critica Ariès pelo modo generalista como reconstruiu a experiência de "crianças particulares"; Shorter, em *The Making of the Modern Family* (1975), com suas pesquisas sobre as famílias dos anônimos, daqueles que careceram de voz; Stone, em *The Family, Sex and Marriage in England 1500-1800* (1977), tratando de questões ligadas

a nascimento, relações afetivas, permissividades e controles nas relações de pais e filhos; Rosemberg, em *The family in History* (1975), Laslett, Robin & Wall, em *Family Forms in Historic Europe* (1983) e Gody, em *The development of the family and marriage in Europe* (1983), todos abordando trabalhos sobre a família; Firestone, em *The Dialetic of sex* (1971), com a defesa de que na Idade Média não existia a infância, pois não havia consciência da criança como diferente do adulto.

Um nome que ganha um significativo destaque no texto é DeMause, organizador da obra *The History of Childhood* (1974) e autor do capítulo "A evolução da infância". Ao opor-se à obra de Ariès, DeMause defende a existência histórica pré-moderna da infância, ao mesmo passo em que, segundo Corazza, não nega que a infância é uma produção da Modernidade. Os 10 pesquisadores que integram a publicação, junto com DeMause, desenvolveram, durante cinco anos, uma história da infância desde a Antiguidade até o século XIX, com base em materiais documentais. Este material está sustentado pelo que DeMause denomina de "Teoria psicogenética da história", pautada pela ideia de que "a força central da mudança histórica não é a tecnologia nem a economia, mas as mudanças psicogenéticas da personalidade, resultantes das interações entre pais e filhos em gerações sucessivas" (DeMAUSE apud CORAZZA, 2002, p. 97). Após descrever as hipóteses de DeMause, Corazza conclui da leitura do livro: "a ideia de que se está a falar de alguém que não é a criança, nem a infância, tal como modernamente são significadas, numa visível posição 'presentista' da história, em que se atribui ao 'passado' o que é de nosso presente, com uma linguagem e conceitos que são os de hoje" (p. 103, grifos da autora). Ela ressalta que o mais curioso é que esse livro está destinado a contrapor-se ao livro

de Ariès e, por isso, precisa "forçar a presença da criança e da infância como entidades históricas" (p. 103). Corazza ainda faz breves considerações acerca das ideias de cada um dos 10 autores do livro, terminando por afirmar que a obra procurava o infantil "lá onde ele não existia, como derivado do dispositivo de infantilidade, sob a alegação de que o que faltava aos pais de outras épocas não era a 'capacidade de amar' os sujeitos infantis e sim a maturidade afetiva para vê-los como 'pessoas distintas' de si mesmas" (p. 106).

Ainda outros estudos são abordados, como o de Hunt (1972), que articula a história da infância com a teoria psicossocial de Erik Erikson; Pinchbeck & Hewitt (1969), no livro *Children in English Society*, mostrando o desenvolvimento de políticas públicas com as crianças, na Inglaterra, entre meados do século XVI até a última pós-guerra; Badinter (1985), no livro *L'amour en plus*, defendendo que, antes de 1760, as crianças tinham pouca importância, sendo até mesmo consideradas um transtorno para as famílias. Porém, Corazza enfatiza que nem todos os pensadores acreditam na negação da infância na época pré-moderna. Pollock, por exemplo, diz Corazza (p. 110), "critica a tese histórica da invenção da infância como categoria cultural afirmando que, embora disseminada, é uma tese falsa, em virtude do tipo de fontes utilizadas, as quais não dariam evidências suficientes para comprová-la, já que são suspeitas ou mal formuladas".

Alguns autores, como Plumb (1975), Fonseca (1989) e Tucker (1970), situam o século XVIII como o início da concepção da infância como objeto de consumo. Fonseca, por exemplo, ao analisar as relações pais/filhos nas famílias populares de Porto Alegre no início do século XX, focando as crianças em circulação, encontra nos processos de apreensão de menores

uma "mentalidade onde as crianças, antes de serem objetos de perícias, de ponderação e da ciência psicopediátrica de hoje, parecem bens a possuir" (FONSECA apud CORAZZA, 2002, p. 112). Esse mesmo século também é citado por Sears e Trumbach (1978) como o momento do surgimento da "importância do doméstico", de modo que as mães, principalmente, descobrem a inocência da infância. Já no século XIX, Corazza diz haver um processo de ressignificação da infância, principalmente nas famílias de classe média e alta, "que adotam uma posição de família-orientada-à-criança" (p. 113), o que reforça a tese de autores como Ariès e Badinter de que a criança pobre ainda segue ignorada e explorada por seus pais.

Alguns autores também olham para as transformações ocorridas na infância do século XX e merecem a atenção de Corazza. São eles: Cleverly & Philips (1976); Wishy, Cleverly & Philips (1976), Newson & Newson (1974) e Wishy (1968). Esses autores estudaram teorias sobre os cuidados dispensados na criação das crianças, desde o século XVIII até o XX, mostrando as transformações sociais e culturais deste período. Além destes, Shorter (1973) aborda os dados demográficos relativos às taxas de fecundidade, explicando a mudança de posição da mulher e a emancipação feminina. Donzelot (1980) demonstra o alcance das políticas públicas sobre as crianças, na relação adulto-criança. Gélis (1995) ressalta o conceito de individualização da criança, contrapondo-o ao conceito de criança pública medieval.

A propósito do século XX, Corazza analisa como, a partir dos anos 80, a ideia de invenção da infância foi considerada, em alguns estudos, como superada. Para essa análise, cita autores como Postman (1984), Trisciuzzi & Cambi (1989), Winn (1983) e Berger & Berger (1983), que investigam o "desapare-

cimento da infância", a partir do início do século XX. Para estudos mais específicos, narra os estudos de Mogin, que credita o desaparecimento do tempo da infância à deterioração das relações hierárquicas entre adulto e criança, em prol da emancipação do indivíduo democrático, e de Ghiraldelli Jr (1994), que, com base em Habermas, indaga se "a infância não seria um projeto inacabado, tal como o projeto da Modernidade" (p. 120). A autora lembra também que, segundo Ghiraldelli Jr, estaríamos vivendo em um "período da Pós-infância" (p. 121). Ela cita o psicanalista Calligaris (1994) e o amor contemporâneo pelas crianças, provocado pelo "narcisismo parental e social do Ocidente" (p. 121). Outros psicanalistas destacados são Jerusalinky & Tavares (1994), que indicam que, por um lado, vivemos em uma sociedade que demonstra interesse pela infância, editando estatutos e declarações de seus direitos, e, por outro, já não há muita motivação para a vocação materna e paterna. Além desses, mais alguns autores são mencionados pela autora, afirmando o amplo debate que a década de 80 fez surgir acerca da infância.

O ensaio termina com o subtítulo "Rei destronado e morto", lembrando novamente o historiador Phillipe Ariès, agora no estudo *L'Enfance* (1979). Segundo Corazza, neste estudo, Ariès constata que, a partir de 1960, a importância da infância decresce em relação ao *baby-boom* dos anos 40-50, o que não significa que estejamos voltando à época da indiferença pela infância. Por fim, diante de tal cenário, Corazza indaga: "Estaria, no presente momento de produção dessas histórias, especialmente na da infância, sucedendo a repetição *ad nauseam* que Ariès previra?" (p. 130).

O quarto ensaio é introduzido com palavras bíblicas: "Deixai vir a mim as criancinhas..." (Mc, 10, 13-6). Se o leitor de-

savisado acreditar que Corazza está trazendo a citação de São Marcos para com ela fazer coro, logo na sequência já percebe o tom de ironia, quando a autora declara que o mesmo estatuto espiritual atribuído às crianças — concebidas à semelhança do menino Jesus — é, mais tarde, retomado, deslocado e transformado pelo discurso educacional. Eis que o sistema de dispersão e difusão de tal discurso produzirá efeitos de verdade e de poder sobre o infantil: "fixará a unidade do objeto 'infância'; estabelecerá as formas de sua enunciação; determinará o sistema dos conceitos permanentes e coerentes que o colocam em jogo; e reanimará a permanência do tema 'infantil' [...]" (p. 138, grifos da autora). Lembra a autora que, já no Gênesis, há o aparecimento de uma regularidade enunciativa acerca do infantil, mas é no cruzamento do discurso religioso com a positividade da educação escolar que se encontra a forma de relação de poder.

Nesse diapasão, lembra Corazza, Comenius fundamenta a sua *Didática Magna*, justificando-a como "parte do caminho em direção a Deus e para o aperfeiçoamento da vida, que só pode ser renovada por uma 'reta formação da juventude'" (p. 141). Portanto, para Comenius, as crianças são "as plantinhas do céu", a quem se deve tratar com muito cuidado para que cresçam belas e fortes. Diz Corazza: "o discurso educacional, tal como o religioso, colocará, de um lado, as crianças em estado de graça e, de outro, por oposição, os adultos em estado pecaminoso" (p. 143).

A *Bíblia* e a *Didática Magna* são, assim, tomadas pela autora como dois momentos de uma mesma formação discursiva, "que adota como estratégia o assujeitamento dos grandes aos pequeninos, com base no eixo de sua inocência em face do Pecado Original" (p. 144). Mas pergunta Coraz-

za: se a criança fosse tão perfeita, por que a necessidade de educá-la? Por que Comenius se esforçaria tanto para criar um método universal de ensinar tudo a todos? De pronto, ela nos responde: as crianças devem ser educadas porque, embora essencialmente boas, o mundo é mau e, ao estarem no mundo, ficam sujeitas às tentações.

Segundo Corazza, a escola aparece aí como uma instituição de importância — para Comenius, somente a escola possibilita que a criança seja purificada e reconduzida para a imagem e semelhança de Cristo. A partir de então, o sujeito infantil é dispersado para duas posições e funções culturais: a) de uma condição exemplar, a criança é igualada ao adulto como pecadora; b) por sua condição de "melhor educável", é lançada a um estado de carência culposa, necessitando de mais educação do que o resto da humanidade. É nesta encruzilhada arqueológica que Corazza vê começar a produção da vida da criança moderna, ou seja, a produção da "infantilidade" de nosso presente. Afinal, trata-se, segundo a autora, de novos corpos infantis que precisam ser governados.

Sob o estatuto de "a infantil", ocupando agora uma parcela da população, necessita-se de outro tipo de poder para normalizar esse novo infantil — o poder disciplinar. A educação escolar nasce desse poder moderno, e a "Pedagogia será o domínio em que a arte de governar os infantis e suas vidas se produzirá" (p. 157). Novamente Comenius é citado. Embora o autor inicie a sua *Didática Magna* pelo discurso pastoral da criança, ele prepara o caminho a uma arte de ensinar para reforçar a produtividade de um Estado e de um poder que passam a vigiar as crianças como seres ativos e produtivos. Com efeito, diz Corazza (p. 158), "o infantil foi constituído, na história da infantilidade, pelo conjunto daquilo que foi dito no

grupo de todos os enunciados e daquilo que foi exercido por todas as práticas não-discursivas que o nomearam, descreveram, explicaram, contaram seu desenvolvimento [...]".

Ainda nesse ensaio, Corazza faz uma genealogia do batismo e cita outra vez Ariès (1973), quando "reafirma a importância da influência do cristianismo para a produção moderna do sentimento da infância, acrescentando que a 'história do batismo' ainda está por ser feita" (p. 166). A autora explica que escolheu examinar o batismo por ele ser "um componente na expansão das tecnologias de governo sobre o disciplinamento e controle dos corpos infantis, das populações e da sociedade como um todo" (p. 182), pois, diferentemente de outras tecnologias, "o batismo é uma tecnologia do eu, cuja força advém da fala dos outros sobre o si-infantil — um si que é do outro" (p. 182). Por fim, Corazza conclui o ensaio mencionando que, assim como o batismo, as ciências da educação fazem com que o infantil se torne um objeto de conhecimento para os outros e para si mesmo, "um objeto do qual se falou a verdade para que fosse conhecido e que passa a dizer tal verdade por ser um objeto aprendido, e depois aprendiz de si, sobre o qual opera transformações" (p. 183).

O quinto e último ensaio, sob o título "O que faremos com o que fizemos da infância?", começa narrando cenas de crianças com agendas lotadas, que fazem compras por tele-entregas, navegam muitas horas na internet ou jogos eletrônicos e acessam canais de sexo na TV. Em seguida, inicia-se uma nova seção, e as cenas são de crianças que engravidaram precocemente, que estão nas ruas e na prostituição, no trabalho infantil, internadas em instituto de infratores, vendendo drogas, etc. A terceira seção relata determinadas práticas em relação às crianças, tais como abandono de crianças em cestas, infanticí-

dios, histórias de fantasmas, bruxas e demônios para assustar as crianças, castigos corporais, como chicotes e palmatórias.

Corazza argumenta que as cenas que apresenta servem para demonstrar a sua tese: "a infância nunca foi verdadeiramente assumida, efetivada, praticada, como uma idade, etapa ou identidade específica" (p. 196). E a justificativa para tal afirmação deve-se ao fato de que, "com os infantis, tivemos nós, adultos e adultas, sempre, uma relação ao modo de gangorra" (p. 196). Por conta desta combinação — de um lado, uma identidade-dependente e, de outro, a necessidade de adultização —, o infantil é criado como uma "identidade natimorta" (p. 198). Ainda resta mais uma indagação da autora: se a infância nasceu e logo morreu, como explicar a insaciável vontade-de-infantil, expressas em leis, pactos, conferências, programas? E novamente a autora responde em tom firme: "olhando os infantis, os adultos se afirmam como a Mesmidade, a quem todas as outridades devem assemelhar-se" (p. 200).

Quando tudo parece acabar, Corazza faz uma última consideração — há outros movimentos acontecendo, e o momento da história da infantilidade aponta para o advento de um novo modo de ser infantil. "Os significantes da infância contemporânea são — por mais estranho que pareça, *El Niño* e *La Niña*" (p. 201). O leitor ensimesmado pergunta: do que estaria ela falando? Sim, a autora está se referindo aos efeitos climáticos e, sobre eles/elas, diz: "elas são as crianças mais mal-educadas de hoje. Não sabem ler, nunca foram à escola. Não são tiranizadas pela cultura midiática, não assistem televisão, nem têm computador. Não precisam resolver nenhum complexo de Édipo, não têm pai, nem mãe [...]". (p. 201).

Chegamos ao final do livro, e Corazza apresenta-nos uma conclusão que ela denomina de irreversível: "o bom infante

desfaleceu, acabou, morreu. Ele é uma figura de areia, entre uma maré vazante e outra montante" (p. 203). Mas parece ainda restarem algumas perguntas: "o que faremos nós, sem este infante? O que faremos com o que fizemos da infância?" (p. 203). Com algumas pistas, o livro é encerrado. Destaco apenas a última: "nos empenhar de inventar, de A a Z, diferentes modos de vida com os atuais 400 milhões de crianças do mundo" (p. 203).

DEZ PONTOS DO QUE SE PODE (NESTE MOMENTO) DIZER

1

Não há dúvidas, trata-se de um livro-arquivo. Um livro-arquivo sobre a infância. Um arquivo extenso, com tantas referências, que nem mesmo um mapeamento exaustivo poderia reconstituir o seu percurso, tampouco se desejaria fazê-lo.

2

Escrito 10 anos após o seu primeiro livro (1992) e quase 20 anos antes de seus dois últimos livros (2020), tal obra carrega a marca premente da autora: uma potência pensante; uma poética pulsante. Isso em meio a um movimento crescente de dissipar tudo aquilo que a impede de "ir para onde não seria possível ir" (CORAZZA, 2020, p. 14).

3

Sem começos absolutos ou origens. Sem ideias claras ou conclusões. Sem miras ou direções. Feito um ritornelo, a escrita corazziana marca um espaço territorial particular, mostrando que ali está, mesmo que logo já não esteja mais. Isso porque não há um movimento fechado em si, mas linhas que apontam sempre para fora. Desliza, cria uma tangente, escapa. E repete: era uma vez... quer que eu conte outra vez?

4

Ao recolher textos inéditos e livros, ao conjugar autores e obras, percebe-se que os pontos têm tanta importância quanto as ligações entre eles. O arquivo é isso, uma combinação de pontos soltos, em meio aos quais é possível passear, (re)ligar, abandonar. É assim que a arquivista compõe seu arquivo Mar. Em meio a uma paixão pelo infantil, é arrastada para oceanos agitados e infindáveis. Afinal, "mais do que cartografar costas, recifes, baixios, nominar barras, bacias, correntes, os arquivistas mostram como fazer, salvaguardando vidas, preservando culturas, escoando cargas, resolvendo e mantendo a limpidez do arquivo" (CORAZZA, 2017, p. 21).

5

A infância ocupou, por um longo tempo, os sonhos de tinta de Sandra, de modo que a sua tese de doutorado, concluída em 1998 e publicada em forma de livro impresso em 2000, se intitulou *História da Infância sem fim*. Em uma rápida busca, percebe-se que nenhum livro ou texto mais é dedicado à infância, o que não significa que a infância estivesse distante de seu alvo; prova disso é que escreve histórias infantis para seus netos.

6

Muitas perguntas são feitas sobre a infância, o infantil, o dispositivo de infantilidade. Perguntas que só querem mesmo fissurar certezas. Ou colocar em xeque verdades herdadas. Ou ainda, fazer retorná-las como bumerangue. Afinal, perguntar, questionar, problematizar, sempre fez parte de seu método diabólico.

7

Passados quase 20 anos da escrita do livro, as perguntas revolvem como garrafas lançadas ao mar: como pensar esse

arquivo da infância hoje? O que mudou em relação ao que é dito e pensado sobre o infantil? Seriam os mesmos autores ainda tomados como referência para dizer/pensar a infância?

8

Breves questões para seguir pensando o arquivo infância, quase 20 anos depois: a) continuamos a fabricar dispositivos de infantilidade, a produzir verdades sobre a infância, a investir em um mercado para a infância, a tomar a infância como objeto de governamento, a promover o desaparecimento da condição infantil; b) desde março de 2020, encontramo-nos em meio a uma pandemia causada pela disseminação do vírus SARS-coV-2, com crianças confinadas, crianças sem escolas, crianças abandonadas, crianças conectadas em celulares. Embora o vírus não tenha nacionalidade, no Brasil, ainda vivemos o seu agravamento pelo *modus operandi* necropolítico com que o governo bolsonarista vem desgovernando o país. Sem uma política para fazer viver, a pandemia não é a mesma para todos; enquanto uma parte da população pode aderir ao isolamento social, para outras, esse direito não é permitido. Portanto, novas perguntas poderiam ser feitas: sem escola e sem redes de cuidado (avós, vizinhos), onde andam as crianças? Quem cuida das crianças quando os cuidadores continuam trabalhando na rua ou em *home office*? Como evitar que as crianças não se afundem em uma tela?

9

2002 foi o ano de escrita deste livro. Inverno de 2002 também foi o ano de criação do DIF – Grupo de Currículo de Porto Alegre, por meio de uma ata de fundação, assinada por seus membros fundadores, Tomaz Tadeu da Silva e Sandra Mara

Corazza. Esta ata convoca os seus participantes para três responsabilidades éticas de relação, trabalho e produção, sendo a terceira delas: "tramar, trançar e tecer amigos e colegas, parceiros e simpatizantes, interessados e laços, afetos e amores, agenciamentos e maquinações, saberes e sacações, conceitos e personagens, planos e aventuras, caos e cacos, diabos e deusas, anjos e bruxas, aventuras e escrituras, alianças e diferenças, festas e trabalho: para que o DIF torne-se produtivamente alegre e positivamente feliz". (RODRIGUES *et al.*, 2018, p. 17).

E assim foi por longos anos.

IO

As mariposas que voam de dia não são para ser chamadas, a rigor, de mariposas; não provocam aquela agradável sensação de noite escura de outono e hera em flor que as mais comuns, dormindo na sombra da cortina, com suas asas amarelas por baixo, nunca deixam de despertar em nós. São criaturas híbridas, nem alegres como as borboletas nem sombrias como as da própria espécie. Contudo, o presente espécime, de asas estreitas, cor de feno, orladas por uma franja da mesma cor, parecia estar feliz da vida [...]. Passado um tempo, e aparentemente cansada de seus passos de dança, ela pousou no sol do peitoril da janela e, chegando ao fim o curioso espetáculo, esqueci-me dela. Pouco depois meu olhar foi atraído por ela, que tentava retomar sua dança, mas parecia estar tão dura ou desajeitada que não pode senão ir adejando até a parte inferior da vidraça; quando tentava voar de novo, fracassava. Após talvez a sétima tentativa, ela deslizou de onde estava e caiu de costas, batendo as asas no peitoril da janela [...]. Logo percebi que estava com dificuldades; já não conseguia se levantar; suas pernas se esforçavam em vão [...] Era inútil tentar fazer

qualquer coisa [...]. Contudo, após uma pausa de exaustão, as pernas se mexeram de novo. Foi soberbo esse último protesto, e tão exaltado que ela acabou conseguindo se endireitar finalmente [...]. Os inequívocos sinais da morte se mostraram. O corpo relaxou e no mesmo instante endureceu. A luta estava acabada. Quando olhei para a mariposa morta, esse triunfo minúsculo e secundário de uma força tão grande sobre um antagonismo tão reles me encheu de espanto. A mariposa, tendo conseguido se endireitar, jazia decentemente composta, e não se lamentava de nada. Ah, sim, parecia dizer, a morte é mais forte do que eu. (WOOLF, 2021).[35]

REFERÊNCIAS

BARROS, Manoel de. *O livro das ignorãças*. Rio de Janeiro: São Paulo, 2006.

CORAZZA, Sandra Mara. *Infância &educação*: era uma vez... quer que eu conte outra vez? Petrópolis: Vozes, 2002.

CORAZZA, Sandra Mara (org). *Docência-pesquisa da diferença*: poética de arquivo-mar. Porto Alegre: UFRGS/Doisa, 2017.

CORAZZA, Sandra Mara (org). *Métodos de transcriação*: pesquisa em educação da diferença. São Leopoldo: Oikos, 2020.

RODRIGUES, Carla Gonçalves [et al] (orgs). *Caderno de Notas 10*: traduções do arquivo Escrileituras. Porto Alegre: UFRGS/ Doisa, 2018.

WOOLF, Virgínia. *A morte da mariposa*. São Paulo: Nós, 2021.

[35] Extraído do livro *A morte da mariposa*, de Virgínia Woolf, escrito em 1942